

## A Biografia na Pesquisa Histórica: Uma Análise do Trabalhismo no Brasil

Prof. Dr. Marcelo Hornos Steffens  
Universidade Federal de Alfenas – MG/Unifal  
E-mail: [marcelo.steffens@unifal-mg.edu.br](mailto:marcelo.steffens@unifal-mg.edu.br)

### RESUMO

O presente artigo apresenta um fragmento da discussão realizada em minha tese de doutorado, intitulada *Getúlio Vargas biografado*, e pretende analisar parte do percurso de afastamento e de incorporação do uso de biografias na pesquisa histórica.

Palavras-Chave: Biografia; Escrita de si; Historiografia; Trabalhismo; Nova história política

### ABSTRACT

This article presents part of the discussion through in my thesis, intitled *Getúlio Vargas biografado*, it intends to analyze and to identify the passage of removal and incorporation of the use of biographies in the historical research.

Key words: biography; himself writing; historiography; working; new political history

### Introdução

O presente texto tece reflexões acerca do uso de biografias na pesquisa histórica, procurando identificar os debates que abriram o campo da pesquisa histórica para a sua utilização, analisando, também, os limites e as possibilidades de seu uso no trabalho do historiador.

Busca-se apontar, da mesma forma, para algumas características específicas das fontes de gênero biográfico, consideradas, juntamente com outros tipos de escrita como diários e memórias, a chamada escrita de si, que requerem um tratamento específico, como os demais materiais desse gênero.

### A crítica à história política tradicional

No século XIX, na história européia predominava a chamada história política tradicional, essa história estava voltada, como afirma Ferreira,

“[...] para os acidentes e as circunstâncias superficiais e negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas: era o exemplo típico da

história dita *événementielle*. Ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões trabalhadoras. A história política reunia portanto um número infindável de defeitos - era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante (FERREIRA, 1992, p.266).

Ainda no século XIX, a história política tradicional passou a sofrer críticas de diversos autores que questionavam sobre a falta de rigor na sua escrita, bem como de sua superficialidade. Herbert Spencer, por exemplo, queixava-se que “as biografias dos monarcas (e nossas crianças aprendem pouco mais do que isso) pouco esclarecem a respeito da ciência da sociedade”, assim como Emile Durkheim que considera os acontecimentos particulares nada mais que “manifestações superficiais” da história de uma nação, distante da “história real” (Burke, 1997, p. 20).

Havia contra essa história política uma convergência quanto às críticas. Positivistas, marxistas e os fundadores *dos Annales*, todos, sem exceção, cerravam fileiras contra sua predominância, que dominava o panorama historiográfico, sendo o “inimigo comum” a ser combatido, pelas propostas emergentes. E, parece-nos que, foi nesse contexto — de crítica ao historicismo — que se estabeleceram certas resistências às questões que, mais tarde, viriam a envolver o estudo de indivíduos ou suas trajetórias, típicas dos escritos de gênero biográfico.

Os novos modelos que se estabeleceram, para além da crítica à história política tradicional, almejavam perceber “as leis que regiam a história dos homens”, o que certamente não seria possível com a “superficialidade dos acontecimentos”, a qual era a matéria-prima dos historiadores do político.

Críticas que, sem dúvida, não eram infundadas. Não raramente, seus escritos beiravam o oficialismo e o panegírico. Assim, diziam os seus críticos, o conhecimento histórico deveria prescindir da aparência dos acontecimentos para desvendar a “verdade da história real”, suas estruturas mais profundas e determinantes.

Dessa forma, quando uma história totalizante se estabeleceu, nas últimas décadas do século XIX, novas características de pesquisa e escrita da história se consolidam. Conforme Roger Chartier, numa avaliação crítica, a nova forma de escrita da história, denominada “estruturalista,” buscava

[...] identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções ou intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso. Daí a afirmação de uma separação radical entre o objeto do conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores (CHARTIER, 1994, p. 98).

Os elementos dessa leitura estruturalista situam-se dentro daquelas concepções mais gerais que Carlo Ginzburg identifica com o paradigma *galileano* do conhecimento histórico, que buscava, com muito empenho, o seu reconhecimento como ciência social. Assim, de uma “simples cartografia das particularidades ou de um simples inventário de casos ou fatos singulares, a história ciência buscava identificar estruturas e regularidades, e, portanto, formular relações gerais” (CHARTIER, 1994, p.98).

Porém, esta separação entre individual e coletivo não era algo sem brechas, mesmo na obra de Marc Bloch. De acordo com Jacques Le Goff, duas noções seriam fundamentais para compreender a visão de história do pai dos *Annales*. A primeira noção é a de *mutilação*.

Bloch recusa uma história que mutilaria o homem (a verdadeira história interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas idéias e atos) e que mutilaria a própria história, esforço total para apreender o homem na sociedade e no tempo. [A segunda noção é a de] Fome. O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça. Marc Bloch é um faminto, um faminto de história, um faminto de homens dentro da história. O historiador deve ter apetite. É um comedor de homens (LE GOFF, 2001, p.20).

Embora Bloch, sempre de acordo com Le Goff, não se aprofunde na dimensão individual da história, ele não a despreza, assim como não despreza os acontecimentos.

Segundo Bloch, a história

[...] deve se voltar de preferência para a o indivíduo ou para a sociedade, e critica a definição de história de Fustel de Coulanges, a quem não obstante admirava: a história é a ciência das sociedades humanas, observando que isso talvez seja reduzir em excesso, na história, a parte do indivíduo (LE GOFF, 2001, p.22).

Muito embora na concepção dos *Annales* a análise de trajetórias individuais deveria servir para a compreensão da sociedade, pode-se perceber a permanência da tensão individual-coletivo presente, também Georges Duby, identificado com a terceira geração dos *Annales*. Conforme afirmou:

[...] eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino

peçoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal? Uns doze anos antes, valera-me de um acontecimento de primeira grandeza, Bouvines, de algo excepcional, para descobrir, no terreno da guerra, o banal, o quotidiano. Desta vez, observava a carreira excepcional, de um campeão do mundo, de um vencedor, observava como vivia o Platini, o Tapie do século XII, pois ele me interessava, mas sobretudo para ser capaz, através dele, através dos numerosíssimos vestígios deixados por sua turbulenta passagem por este mundo, de saber mais, muito mais sobre o cavaleiro comum, sobre a cavalaria (DUBY, 1993, p. 137-8).

Aparentemente estas tensões na relação individual-coletivo/universal-particular, encontraram algumas respostas com a chamada nova história política que, diante das diversas transformações sociais e políticas pelas quais passou a Europa nas últimas décadas, levou inúmeros pesquisadores a reavaliarem o papel do político no novo contexto de final do século XX.

A nova história política refutava as antigas acusações de que se interessava apenas pelas minorias privilegiadas, pelos fatos efêmeros e circunstanciais. O retorno do político, pelo contrário, introduziu na pesquisa histórica uma pluralidade de ritmos que combina, por exemplo, o instantâneo com o extremamente lento, o individual e o coletivo (FERREIRA, 1992, p.265-271).

Como afirma Pierre Rosanvallon, o político não é um domínio entre outros da realidade, “[...] é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, pp. 9-22).

A discussão sobre obras de gênero biográfico relacionou-se, intimamente, às renovações teóricas no campo da historiografia, particularmente, ao chamado retorno da história política.

Assim, de acordo com Levillain, no início dos anos de 1980, a renovação da historiografia fez “[...] ensaios sobre o gênero biográfico na história florescerem, os dicionários consagrarem-lhes verbetes, e organizarem-se seminários sobre o tema” (LEVILLAIN, 2003, p. 162).

Sobre a incorporação das biografias na pesquisa em história — uma das preocupações essenciais desse trabalho de pesquisa — Giovanni Levi, afirma: “[...] mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores” (LEVI, 2005, p. 167). E que sua incorporação ao universo de estudos traria discussões importantes, como: a nova dimensão da individualidade, as relações entre história e narrativa, as relações entre comportamentos.

Abordando apenas um desses vários aspectos, o da relação entre narrativa literária e narrativa histórica, que envolve a ampliação da noção de documento, o fosso cavado entre historiadores e biógrafos diminuiu, como afirma Levi:

Nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de documentos alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras do cotidiano. Além disso, reacendeu o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma em ato de comunicação por intermédio de um texto escrito (LEVI, 2005, p. 169)

É evidente, contudo, a necessidade de adotarmos alguns cuidados para não cairmos nas armadilhas das “prosopografias e da biografia modal - biografias individuais só despertam interesse quando ilustram comportamentos ou as aparências ligadas às condições estatisticamente mais freqüentes - ou da monografia de circunstância” (LEVI, 2005).

Possivelmente em virtude da evidência de que a escrita biográfica tem, dentre outras intenções, perpetuar imagens sobre os personagens que ela acompanha e que nela são retratados, o que ajudou com que fosse considerada uma fonte “viciada”. Esses “vícios”, no entanto, e sem novidade, estão presentes nos mais diversos tipos fontes históricas, conforme já apontava Jacques Le Goff, ao assinalar a necessidade da crítica interna e da crítica externa dos “documentos”:

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 535-6).

### **Transformações na historiografia brasileira: o trabalhismo de Vargas**

Na historiografia brasileira este efeito também foi identificável. Conforme afirma Astor Antônio Diehl, entre as décadas de 1960 e 1970, prevaleceram “as grandes sínteses (...), ou seja, as histórias da sociedade no sentido macroestrutural. Subjacente à análise macro, está presente o viés iluminista do progresso cumulativo e da linearidade do tempo” (DIEHL, 1999, p. 11).

De acordo com Vavy Pacheco Borges, nas décadas de sessenta e setenta

[...] instala-se na produção brasileira de ciências sociais o uso de esquemas de luta de classes transformações sociais, em particular a discussão sobre

“revolução burguesa”, sobre a história do Brasil e modos de produção... muitas vezes empregados como modelos e/ou categorias prontas e ahistóricas, marcou a produção de história. O marxismo era a “ciência”, o resto era “história burguesa” (BORGES, 1991/1992, pp. 7-18).

Nesse período, as interpretações sobre a era Vargas caracterizaram-se por grandes sínteses, com análises de um viés marcadamente estruturalista, que relegavam a um segundo plano outros aspectos da realidade social. Como afirma Capelato:

[...] a “Revolução de 1930” é indicada como marco inicial e a “Revolução de 1964” como marco final. Nessa perspectiva, vários trabalhos se referem ao populismo como um todo indiferenciado, sem levar em conta diversas conjunturas que permitem explicar, de forma mais aprofundada, a “Revolução de 1930”, o Governo Provisório de 1930 a 1937, o advento do Estado Novo, a redemocratização de 1945, o segundo período Vargas, a política desenvolvimentista de JK, os conflitos políticos do início dos anos 60 e o desfecho na “Revolução de 1964”. O método explicativo mais amplo não permite a colocação de questões específicas sobre cada momento desse processo, interpretado como um modelo econômico e político particular que tipifica uma etapa do capitalismo brasileiro (CAPELATO, 1998, p. 183-4).

Há, também, no paradigma estruturalista, um traço evolucionista, uma concepção etapista da história. Nessa perspectiva, o fenômeno trabalhista corresponderia a tentativas de implementar a modernização como meio de desenvolvimento do capitalismo dependente em sociedades periféricas e que culminaria com o fracasso desse projeto, por suas limitações estruturais.

Nesse último período, Getúlio Vargas foi visto como arauto do nacionalismo, que tinha como objetivos, conforme aponta Abreu, *a consolidação do Estado Nacional*, que estava “[...] intimamente ligada à obtenção da justiça social, e que esta só se realizaria por meio do desenvolvimento autônomo do país” (ABREU, 1999, p.129).

Na década de 1980, contudo, a predominância das grandes narrativas vai perdendo espaço. A nova historiografia, segundo Capelato:

[...] propõe um caminho inverso: privilegia as particularidades nacionais e os recortes mais específicos. Em lugar das grandes sínteses e das generalizações teóricas — que, certamente, trouxeram contribuições muito importantes para a compreensão do período —, os pesquisadores na área buscam hoje a “reconstituição histórica concreta” dos vários populismos. Nesse contexto, o varguismo ganhou destaque na produção historiográfica brasileira, mas a atenção se voltou, sobretudo, para a fase de 1930-1945; o Estado Novo aí se coloca como tema de especial interesse, principalmente para os que se dedicaram ao estudo de aspectos políticos e culturais dessa experiência (CAPELATO, 1998, p. 184).

Em virtude da forte influência da historiografia francesa no Brasil, essas transformações foram aqui sentidas e introduziram na pesquisa histórica novas discussões.

Na mesma direção apontou Ângela de Castro Gomes. Segundo ela, o novo perfil da pesquisa no Brasil, relacionado a essa renovação historiográfica, por mais amplo que seja, caracterizou-se pela rejeição de algumas premissas:

A primeira delas é a que consagrava uma análise dos processos sociais caracterizada pela linearidade e previsibilidade, em função da adoção de modelos teóricos de matriz estruturalista, fundamentalmente economicistas, quer fossem de extração marxista, mais comum na história, quer fossem marcados pela lógica instrumentalista da ação coletiva, mais presente na ciência política e na sociologia. Nesse sentido, o que se estava recusando eram explicações que se construíram fundamentadas em variáveis "externas" aos próprios processos históricos, isto é, que recorriam a fatores definidos *a priori* e de "fora" dos casos concretos que estavam sendo estudados. A "verdadeira consciência de classe" ou a "racionalidade dos cálculos de custos e benefícios dos atores," explicações postuladas através de modelos de análise prévios e inquestionáveis, ilustram o que se deseja fixar (GOMES, 2004, p.160).

De acordo com Gomes, essa renovação produziu, também, o afastamento de "generalizações e formalizações dos processos sociais, os quais seriam sempre históricos isto é, datados e localizados no tempo e no espaço, não podendo ser compreendidos a não ser por dentro", ou, como continua a autora, "por meio das idéias e ações daqueles que estavam diretamente envolvidos, o que não permitiria esquemas ou verdades pré-estabelecidas" (GOMES, 2004, p.160).

Além disso, nessa transformação outra perspectiva alterou-se. Nas produções dominadas pelo paradigma estruturalista não havia espaço para o humano, que, via de regra, era explicado pelo contexto no qual estava inserido. A partir de agora, como afirma Gomes,

[...] a análise dos processos sociais se "abre" à intervenção dos atores neles presentes, sendo aí crucial uma outra recusa teórica. Ela diz respeito ao abandono de modelos que trabalham com a relação de dominação – no mundo econômico, político e cultural –, a partir da premissa de que o dominante é capaz de controlar ou anular o dominado, tornando-o uma expressão ou reflexo de si mesmo. Tal recusa tem uma face de imensa densidade teórica e empírica. Ela significa defender teoricamente que, entre seres humanos, não há controles absolutos e "coisificação" de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados (GOMES, 2004, p.160).

Recentemente, alguns historiadores que têm como objeto de estudo o período Vargas iniciaram um movimento de reflexão que coloca em xeque tanto a perspectiva estruturalista, quanto a óptica dualista: nacionalista ou entreguista.

A discussão mais marcante sobre a era Vargas foi aquela que a conceituou como populista. Em linhas gerais, o populismo significaria, segundo uma longa tradição historiográfica e sociológica, uma relação entre Estado e trabalhadores, na qual o primeiro atenderia, de modo incompleto, às reivindicações dos segundos como forma de mantê-los sob seu controle. O populismo ainda caracterizar-se-ia pela presença de uma liderança carismática – Getúlio Vargas – responsável por mediar essa relação de domínio do Estado sobre os trabalhadores urbanos (WEFFORT, 1980).

Chama a atenção o fato de que esta concepção de populismo predominou na historiografia durante muito tempo, particularmente a partir das contribuições do cientista político Francisco Weffort. Para Jorge Ferreira, a concepção de populismo de Weffort teve forte influência da tradição marxista.

O marxismo apresentou uma questão importante ao estudioso: uma ordem social não é imutável, e a sua própria reprodução propicia a sua transformação. Para um historiador, marxista ou não, a assertiva foi muito bem recebida. As divergências, porém, surgiram sobre a maneira e os caminhos que permitiriam a transformação, suscitando acalorados debates entre autores e militantes marxistas. Assim, a versão mais disseminada defendeu que a possibilidade da mudança provém da capacidade dos trabalhadores de alcançarem 'a verdadeira' consciência de classe, de 'desvendarem' as contradições sociais, de perceberem quais seriam os seus 'reais' interesses. [...] O conceito de ideologia, compreendido na maioria das vezes como 'falsa consciência', poderia desvendar as razões que teriam levado os operários a não se revoltarem contra ordens sociais opressoras (FERREIRA, 2001, p.84-5)

O trecho acima é bastante significativo das análises produzidas sobre a era Vargas, até o final da década de 1970. No geral, historiadores e cientistas sociais embasavam suas reflexões ancorados na tradição marxista. De acordo com ela, afirmavam que a classe operária no Brasil ainda não estava suficientemente madura para reconhecer-se como classe, leitura que denotava um viés fortemente evolucionista.

Já no final da década de 1980, a obra, *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2005), apontava para a superação do modelo dominante das interpretações sobre a era Vargas. Para além das leituras que consideravam as relações entre Vargas, seu governo, e os trabalhadores como simples ato de dominação e manipulação — na medida em que criara uma legislação trabalhista, previdenciária e



sindical —, a autora propõe compreendê-las como uma operação cheia de significados.

Como afirma Gomes:

[...] Procurei explorar os sentidos do pacto que se construiu entre o Estado, materializado pela pessoa do presidente Vargas, e o “povo trabalhador”, interpelado pelo discurso estadonovista dos anos 1940. A idéia é a de que esse pacto é uma forma de “comunicação política” fundada na apresentação do “direito social como dádiva”, criando-se por meio dela, adesão e legitimidade. Ou seja, uma idéia aparentemente paradoxal – a de “direito como favor” -, que envolve um circuito de “dar, receber e retribuir” e que se faz por meio de uma lógica política e cultural abrangente, incompreensível dentro dos marcos de um mercado político orientado por cálculos de interesses instrumentais. Uma lógica política que combina crenças e interesses tanto dos dominantes quanto dos dominados, embora com evidente desequilíbrio de poder entre eles (GOMES, 2004, p. 175-6).

Assim, essa nova historiografia levou em consideração novos elementos nas análises sobre a era Vargas, envolveu aspectos do comportamento político e cultural dos grupos sociais e dos personagens que estabeleceram esse “pacto”. Dessa forma, abriu-se espaço para novas interpretações, novos objetos e métodos de pesquisa entre os historiadores e cientistas sociais.

No Brasil, em que pese as inovações teórico-metodológicas decorrentes da introdução da nova história política, persistiam, mesmo na década de 1990, concepções marcadas pela leitura estruturalista do fenômeno trabalhista e sobre a figura de Getúlio Vargas nesse contexto, como a presente na visão de Silva. Conforme ele:

Ressaltemos, porém, que este livro não tem qualquer compromisso com o “biografismo elegíaco”. Para nós, ao analisar o papel das individualidades na História, o historiador deve partir da discussão da proposição de G. Plekânov, ao dizer que “em certo sentido, elas podem, apesar de tudo, fazer a História, e não é preciso que a História de faça (mas) seria inútil que uma personalidade eminente se empenhasse em lutar contra a marcha natural das coisas, a própria lógica das relações sociais” (SILVA, 1991, p. 17).

No entanto, como afirma Ferreira, a renovação da historiografia brasileira passou a encarar, mais criticamente certas visões e posturas teóricas que,

[...] com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado. Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (FERREIRA, 2000, p. 111-124).

Vavy Pacheco Borges, relatando sua trajetória dentro desse contexto de renovação da historiografia no Brasil, assinalou:

Convidada, no início da década de 1980, para fazer uma “séria e completa” biografia de Vargas, recusei peremptoriamente por mais de uma vez: “Getúlio” (como sempre o chamávamos) suscitava-me pouca atração e eu percebia que sua enorme importância na política nacional me obrigaria a muitos anos de pesquisa somente a ele dedicados. Nos cursos que ministrava e em outras atividades nas quais estava envolvida fui me interessando pelo problema do papel do indivíduo na história. Examinei com os alunos a importância atribuída à figura de Vargas, que chegou a determinar periodizações de nossa história como os “Anos Vargas” e a “Era Vargas”. Em um curso, ao ministrar uma unidade sobre as biografias de G. Vargas, comecei a me enfronhar no campo teórico sobre a temática, me interessando cada vez mais em pensar o indivíduo, “a mais real das realidades”, procurando recuperá-lo de “perdido” que estava entre “classes” ou “estruturas” (BORGES, 2005, p. 211).

Em outro texto, Borges indicou com precisão a retomada dos estudos sobre trajetórias individuais e a superação da crítica que se fazia à história política tradicional. Segundo ela, durante longo tempo se atribuiu, sem a devida crítica, um papel determinante às grandes figuras. Entretanto,

[...] com a reafirmação recente do papel do indivíduo na sociedade, os historiadores da política voltam a se preocupar com o papel que os grandes personagens tiveram, têm e provavelmente sempre terão na política; suas ações, se não explicam a história toda, têm nela um peso muito significativo que cabe ao historiador aquilatar (BORGES, 1998, p. 159-160).

Capelato, dentro desse movimento de renovação da história política, que influenciou diversos objetos de estudo, aponta para as ricas possibilidades que eram deixadas em virtude de resistência dos historiadores em utilizar determinados materiais, dentre eles, memórias e biografias.

Os historiadores que revisitaram o período [Estado Novo] procuraram compreendê-lo a partir de novos ângulos. As questões postas pelo presente não poderiam ser respondidas a partir de dados já pesquisados. Abriu-se, então, a possibilidade de reconstituir essa história a partir da pesquisa de material inédito. O Estado Novo foi muito fértil na produção de textos: as memórias, as biografias, os escritos políticos, os discursos foram pouco explorados nos estudos anteriores. A figura de Getúlio inspirou uma produção muito vasta de obras de natureza biográfica: cerca de 30 títulos desse gênero foram publicados no período, mas eram textos laudatórios que colaboraram na construção do mito Vargas. Esse tema tem despertado muito interesse nos historiadores de hoje (CAPELATO, 1998, p. 191).

Todavia, esse é um longo e tenso processo. Mesmo com a atual profusão de obras produzidas por acadêmicos renomados,<sup>1</sup> algumas avaliações sobre sua importância, ainda esbarram em certas barreiras, como demonstra o trecho abaixo, que analisa o recente lançamento da biografia de Carmem Miranda:

Biografia é sempre um desafio à ingenuidade. Talvez por isso já tenha sido considerada um gênero literário e, para alguns, até se confunda com história. Pois não são poucas as armadilhas que a espreitam: a paixão pelo biografado produz julgamentos passionais, uma vida extraordinária faz desaparecer as circunstâncias do meio, um texto enfadonho faz pesarem como chumbo as páginas dedicadas a uma pessoa só.<sup>2</sup>

Talvez, esse temor que as biografias produzem se relacionem a uma certa noção tradicional de “documento”. Os escritos biográficos, assim como os chamados “documentos oficiais” exigem sua crítica interna e externa, bem como o seu tratamento como “monumento”, como ensina Le Goff, para evitar tanto quanto possível o maior número de armadilhas.

Curiosamente, no número seguinte da mesma revista, o rumo das discussões foi retomado na direção de se considerar importante a incorporação de biografias, memórias, depoimentos e autobiografias ao panorama da pesquisa histórica no Brasil. Conforme Ângela de Castro Gomes,

[...] para o historiador, uma documentação construída com esses textos/imagens vem sendo reconhecida, cada vez mais, como legítima e valiosa, mas vem exigindo mudanças nos procedimentos de crítica às fontes. Fica descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos). O que passa a importar é qual a ótica assumida pelo documento e como é expressa por seu autor. Pode-se dessa forma, traçar estreitas relações, embora nem mecânicas nem imediatas, entre uma história das práticas culturais da escrita de si e uma história da História, que reconheceu novos objetos, fontes, metodologias e critérios de verdade históricos (GOMES, 2006, p. 98).

O recente uso de biografias nas pesquisas, também produziu preocupações de caráter metodológico. O historiador deve assumir o risco das análises sobre o gênero, tomando os cuidados necessários, principalmente aqueles que distinguem a leitura do historiador da de um produtor mais “descuidado” de biografias. Como bem distingue Benito Schmidt:

Já no campo da história, apesar da aproximação com a literatura também ser marcante, a margem para a invenção é menos dilatada. Afinal os historiadores,

<sup>1</sup> Recentemente foram lançadas várias biografias, numa série intitulada *Perfis brasileiros*. FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006. CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

<sup>2</sup> Sem autoria. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 8, fev/mar 2006, p.94.

por dever de ofício, têm um compromisso muito mais cabal com sujeitos históricos concretos, que existiram na realidade e que chegam até o presente através de documentos. Ou seja, os trabalhos produzidos nesta área, para além de suas qualidades estilísticas, devem prestar contas ao 'tribunal de apelação da história': o passado e seus vestígios (SCHMIDT, 1997, p. 9).

O biógrafo busca, grosso modo, ser fiel à vida de seu objeto de estudo e reconstrução. Se esse indivíduo tem uma vida trágica ou grandiosa, se foi um grande homem ou mulher ou se é distinto da "normalidade" de seu grupo social, tanto melhor.

O leitor de biografias, via de regra, assume o papel de *vouyer*. Quanto maiores forem as peculiaridades das vidas dos biografados, quanto maiores os dramas e sua superação, tanto mais atraente fica a biografia.

As biografias nos permitem compreender, de uma forma privilegiada, as tensões do contexto nos quais são produzidas, isto é, perceber a própria temporalidade do conhecimento histórico, daquilo que Marc Bloch (2001) chama de *história problema* – a busca pelos homens, ao escreverem a história, de respostas para questões do seu tempo.

### **Reflexões finais**

A escrita de gênero biográfico se relaciona, profundamente, com o contexto de sua produção. Assim como a história, as biografias referem-se muito mais ao "presente" do que propriamente ao "passado", na direção apontada por Bloch e Le Goff que afirmam que "a história não é a ciência do passado", mas a "ciência dos homens no tempo". Há na escrita biográfica, assim como na historiografia, "intenções", "objetivos" e "fins" (LE GOFF, 2003, p. 23-4).

Além dos temas discutidos pela historiografia, interferem na produção biográfica os debates que envolvem os critérios de "cientificidade" da história no contexto de produção da biografia. Tal questão foi identificada em três momentos: durante o Estado Novo, quando houve uma discussão bastante interessante sobre a escrita da história e sobre seus critérios de verdade, que correspondiam à erudição do autor e ao uso de documentação "primária". Parece, contudo, que tanto as biografias sofrem influência da historiografia, quanto a historiografia é influenciada por produções de gênero biográfico, numa relação mais estreita do que se supunha.

Quanto à relação ficção-realidade presente nas biografias, houve modificações importantes. Essas modificações relacionam-se ao próprio paradigma dominante nos estudos históricos. Na medida em que as discussões historiográficas se afastavam da dominância do ideal "positivista" de produção do conhecimento, e que discussões sobre

a intencionalidade dos documentos — que são, em verdade e também, “monumentos”, como afirma Le Goff (2003)— ganhavam força, as biografias, consideradas como obras pouco rigorosas, nas quais a inventividade do autor está muito presente e associada, passaram a ganhar força dentro da academia.

Todavia, por força de formação, em virtude das características de construção de cada um dos campos do conhecimento, das fronteiras estabelecidas — que interagem entre si — há, mesmo assim, certos limites a serem respeitados. Como afirma Benito Schmidt: “acredito, embora isto possa soar *démodé*, que historiadores e jornalistas, por dever de ofício, têm um maior compromisso com o *mundo real*, enquanto cineastas e literatos podem contar com uma margem muito mais significativa de invenção” (SCHMIDT, 2000, p. 66).

Assim, jornalistas e historiadores têm modos distintos de cumprirem com esses compromissos. Os jornalistas, influenciados pelo *new journalism*, adotaram uma postura mais flexível em relação às exigências de exatidão e objetividade. Conforme Jorge Caldeira, a biografia seria “[...] um híbrido (...) que exige tanto fontes documentais como interpretação e ficção” (SCHMIDT, 2000, p. 64).

Quanto aos historiadores, caberia preencher as lacunas existentes indicando-as com clareza, através de expressões como “talvez”, “pode-se presumir” e “provavelmente”.

Vale ressaltar, também, que a biografia é um gênero de escrita muito rico. Como foi indicado nesse trabalho, a complexidade e a amplitude do conhecimento de uma época, necessário para a construção de uma biografia, é considerável, justamente porque na sua narrativa há uma mistura de elementos estruturais e micro-históricos.

**Recebido em: 05/10/ 2010**  
**Aceito em: 14/12/2010**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições da era Vargas*. RJ: Ed. UERJ: Ed. FGV, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 211.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. SP, vol. 12, n. 23/24, set. 91/ago. 92, pp. 7-18.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena R. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos de 1970*. Passo Fundo: UPF Ed. 1999.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.265-271.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. In: *Cultura Vozes*. Petrópolis, vol. 94, n.3, maio/jun., 2000, p. 111-124.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, n. 9, abril, 2006, p. 98.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 34, 2004, p. 157-186.

- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.535-536.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. RJ: Jorge Zahar Ed, 2001.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). In: *Revista Brasileira de História*. SP, vol. 15, n. 30, 1995, pp. 9-22.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: Aproximações e afastamentos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: \_\_\_\_\_. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000.
- SILVA, José Luiz Werneck da. O feixe do autoritarismo e o prisma do Estado Novo. In: \_\_\_\_\_. (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- STEFFENS, Marcelo Hornos. *Getúlio Vargas biografado: análises de biografia publicadas entre os anos de 1939 e 1988*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2008.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.